

A CENTELHA

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

ABAIXO A LEI DA REQUISIÇÃO CIVIL!

GREVE GERAL

CONTRATAÇÃO COLECTIVA
SALÁRIO MÍNIMO 900€
35H PARA TODOS

INVESTIMENTO PÚBLICO: UM PAÍS EM COLAPSO P4

ECOLOGIA: A PERSPECTIVA MARXISTA P8

CONTRA A VIOLÊNCIA RACISTA DO ESTADO P10

A GREVE É A ARMA
DAS MULHERES
TRABALHADORAS
P6



O QUE DEFENDEMOS

Os interesses da classe trabalhadora!

- O monopólio estatal do comércio externo e a nacionalização, sob controlo democrático de organizações de trabalhadores, de toda a banca e sectores chave da economia, assim como das cem maiores empresas nacionais.
- A suspensão imediata do pagamento da dívida pública, apenas com a compensação de pequenos investidores e com base em necessidade comprovada.
- O aumento do Salário Mínimo Nacional para 900€ como um passo rumo a um salário digno.
- A jornada de trabalho semanal de 35 horas para todos os trabalhadores e a reforma completa aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho.
- Subsídios de desemprego, pensões e reformas mínimas ao nível do SMN.
- Acabar com todas as formas de trabalho precário. Fim dos falsos recibos verdes. Contratação colectiva em todos os locais de trabalho com 10 ou mais trabalhadores.
- Um plano nacional de pleno emprego que vise distribuir equitativamente o trabalho por toda a população activa, reduzindo a jornada laboral sem perdas salariais.
- Um plano nacional de habitação

que exproprie toda a propriedade abandonada e distribua equitativamente as habitações por toda a população, com rendas que sirvam apenas para a manutenção das infra-estruturas e estejam sob o controlo democrático de comissões de moradores.

- Nenhum corte nos serviços sociais! Orçamentos adequados às necessidades da população, suportados pelo aumento dos impostos sobre o grande capital.
- O acesso à educação, à cultura, à saúde, e ao desporto como direitos básicos, portanto, totalmente gratuitos.
- A nacionalização de todas as empresas de saúde, de todas as instituições de ensino e de toda a rede de transportes públicos sob controlo democrático de organizações de trabalhadores e utentes.
- O fim dos exames nacionais para efeitos de conclusão do ensino secundário e de ingresso no ensino superior. Um modelo de ensino e condições laborais dignas em todas as escolas, universidades e politécnicos, que garantam um acompanhamento educativo adaptado às necessidades e percurso de cada estudante.
- O funcionamento democrático dos sindicatos, com eleição regular de todos os dirigentes sindicais, mandatos revogáveis e remuneração dos sindicalistas a tempo-inteiro equivalente ao

salário médio dos trabalhadores representados.

Uma economia ecológica!

- A nacionalização do sector energético sob gestão democrática das organizações de trabalhadores.
- A substituição dos postos de trabalho nas empresas poluentes por postos de trabalho ecológicos.
- O investimento público para uma transição dos combustíveis fósseis para energias renováveis no menor espaço de tempo possível.

O combate a todas as formas de opressão!

- Legalização e direito à nacionalidade portuguesa para todos os trabalhadores imigrantes! Os mesmos direitos sociais e políticos para toda a classe trabalhadora!
- O fim da desigualdade salarial entre os géneros. Salário igual por trabalho igual!
- Educação sexual inclusiva nas escolas a partir do ensino primário.
- A integração nos programas escolares do estudo da luta contra o racismo, a xenofobia, o machismo, a LGBTfobia, a discriminação de pessoas com deficiência e todas as restantes formas de opressão.

• A completa legalização do aborto como um serviço de saúde igual a qualquer outro e o acesso gratuito a todos os métodos de contraceção disponíveis.

- Doze semanas de licença parental paga para a mãe, para o pai ou para o casal.
- Criação de uma rede pública, de qualidade e gratuita de creches, jardins de infância, cantinas, lavandarias e lares.
- Nacionalização de toda a rede de creches existente, sob controlo democrático dos trabalhadores, encarregados de educação e famílias, e construção de infra-estruturas de qualidade adaptadas às necessidades da população.

O socialismo e o internacionalismo!

- O planeamento democrático da economia, através da organização de conselhos de trabalhadores, para responder às necessidades de toda a população e proteger o ambiente.
- A solidariedade com as lutas dos trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo. Um ataque contra um de nós é um ataque contra todos nós!
- Que no lugar da União Europeia do capital seja construída a união dos países da Europa e do mundo numa confederação socialista que garanta o direito à autodeterminação de todas as nações.

APOIA O SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO!

Décadas de luta contra o capitalismo ensinaram-nos a necessidade de finanças fortes numa organização que luta pelos interesses dos explorados e, em última instância, para acabar com a exploração. As nossas tarefas, as campanhas e intervenções junto dos jovens e trabalhadores, exigem dinheiro. Mas para manter a liberdade de crítica e acção, não podemos depender de financiamento do Estado ou de empresas. Uma organização revolucionária tem de depender unicamente da classe trabalhadora!

Deixamos por isso um apelo: se concordas com o nosso programa, faz um donativo.

IBAN: PT50 0035 0041 00008179 330 96

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO

Gráfica: Artes Gráficas Lisboa.
Beco do Alegrete 2,
1100-378 Lisboa

✉ socialismo.revolucionario.cit@gmail.com
🌐 socialismohoje.wordpress.com
📘 [/socialismorevolucionariocit](https://www.facebook.com/socialismorevolucionariocit)



CONTRA A LEI DA REQUISIÇÃO CIVIL: GREVE GERAL!

Para entender o momento em Portugal, é fundamental entender o estado internacional do capitalismo. De Paris a Port-au-Prince, há protestos que não se vergam nem perante a repressão mortal. Na Índia eclodem as maiores greves da História. A China é assolada por greves “selvagens” sector após sector e mesmo nos EUA se ergue um novíssimo movimento operário. Mundialmente, dá-se a entrada massiva da juventude na luta política.

“A REQUISIÇÃO CIVIL CONTRA OS ENFERMEIROS É NA VERDADE UM ATAQUE A TODOS OS TRABALHADORES.”

Depois de uma década de crise e sob a ameaça de uma nova crise, as relações entre classes sociais são violentamente perturbadas e a democracia burguesa cambaleia em busca de uma base social. O seu eixo, o “centro” liberal, quebrou-se estrondosamente — com vários partidos da ex-social-democracia em pasokização. Tomam já posse governos com traços bonapartistas em economias tão importantes como a italiana ou a brasileira. Enquanto isto, a “revolução bolivariana” implode sob os golpes do imperialismo, avivando a memória de Pinochet e mostrando, mais uma vez, as consequências inevitáveis da conciliação de classes.

O espaço para negociações míngua de dia para dia, as contradições do modo de produção incitam o proletariado e a burguesia a um confronto absoluto — é uma era de revolução e contra-revolução. A forma como a classe trabalhadora se organiza e age em cada país determinará, em última instância, o resultado deste ciclo da luta de classes: a vitória do proletariado ou da burguesia.

Reorganização de classes em Portugal

Em Portugal, o movimento geral do capitalismo expres-

sa-se em formas específicas, mas tem a mesma essência. E se hoje vivemos o maior ataque ao direito à greve desde a Revolução, é precisamente porque vivemos uma das maiores ondas de greves desde a Revolução.

Estas greves têm o carácter defensivo que apontámos em números anteriores, e ainda assim são intoleráveis para o capital.

É acima de tudo nos serviços públicos que se dá a maio-

ria das greves. Depois dos professores, os enfermeiros estão agora na linha da frente com a sua greve cirúrgica. Mas vários grupos profissionais ligados à logística e aos transportes — como os estivadores — podem facilmente estrangular o capital com uma greve igualmente *cirúrgica* na circulação de mercadorias, matérias-primas ou força-de-trabalho.

A burguesia nacional, apesar do seu profundo provincianismo, já mostrou entender pelo menos isto. A requisição civil contra os enfermeiros é na verdade um ataque a todos os trabalhadores. Por isso mesmo, quando a Procuradoria Geral da República selou a “legitimidade democrática” de suspender um direito democrático, Costa declarou que isto valia desde já para toda a função pública. O aparelho de Estado burguês está a olear-se: quando qualquer sector da classe trabalhadora parar um ponto fulcral da economia, este mecanismo legal será usado com redobrada facilidade.

Quem parece não entender isto são as direcções do BE, do PCP e da CGTP, mostrando partilhar o provincianismo da burguesia nacional com quem passam tanto tempo — e que

chegam a integrar, como demonstrou o “camarada” Robles.

Todas estas burocracias atacaram, com maior ou menor desfaçatez, a greve dos enfermeiros, escudaram o flanco esquerdo do PS enquanto este preparava, à vista de todos, um golpe esmagador contra a greve.

Já a direita, com todo o sossego que lhe dá a “geringonça”, funda uma quantidade incontável de partidos, testa variadas formas de discurso reaccionário, ousa até colocar-se à cabeça de greves inevitáveis que a CGTP se recusa a dirigir, como acontece precisamente com os enfermeiros.

Dentro e fora dos partidos parlamentares, novas linhas políticas são traçadas. Cisões, unificações, coligações, todo o tipo de desenvolvimentos orgânicos se dão, da esquerda à direita, com maior ou menor velocidade, e nem mesmo o PCP e a sua central sindical escaparão ao processo — o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, da CGTP, perde apoio

tinham razão. O processo de decomposição das burocracias que dirigem a esquerda e o movimento operário, assim como a decadência do PS, ao se estenderem por um tão longo período de tempo, tornam-se mais completos do que o processo relâmpago na Grécia. As consequências podem ir mais longe, com a esquerda portuguesa abraçada ao PS quando este é arrastado para o fosso onde apodrecem o Pasok e um número cada vez maior de familiares políticos seus. Em Portugal, os irmãos de Tsipras vendem-se antes de chegarem a ser governo, e os dirigentes “comunistas” juntam-se a eles.

O facto, apesar destas direcções, é que as únicas organizações capazes de transformar a situação são ainda o BE, o PCP e a CGTP — sendo esta última a mais importante organização de trabalhadores, com poder para paralisar o país.

Perante estes ataques ao direito à greve, exige-se da esquerda a convocação de uma greve geral de 24 horas como

“NÓS, MARXISTAS, LUTAMOS POR UMA FRENTE QUE UNIFIQUE A CLASSE TRABALHADORA PARTINDO DOS LOCAIS DE TRABALHO NA LUTA CONTRA O CAPITAL!”

por cada dia em que se mantém sem organizar um plano de luta consequente.

Greve geral pelo direito à greve!

Os trabalhadores e socialistas têm de se organizar e combater as políticas de conciliação de classes que não só perpetuam a austeridade como preparam o caminho a ataques mais brutais.

A Grécia mostrou até onde vai a violência da burguesia imperialista. E quando Passos Coelho e a sua corja de ministros repetiram *ad nauseam* que “Portugal não é a Grécia”, de uma maneira completamente diversa da pretendida,

o primeiro passo para pôr fim à lei da requisição civil — estabelecendo o pleno direito à greve —, para acabar com a austeridade, conquistar 35 horas para todos, um salário mínimo de 900€ e a contratação colectiva!

Estas palavras de ordem que levantamos são propostas que fazemos a todos os trabalhadores e socialistas. Nós, marxistas, lutamos por uma frente que unifique a classe trabalhadora partindo dos locais de trabalho na luta contra o capital! ✪



Queda da estrada de Borba, 19 de Dezembro de 2018. Foto: Nuno Veiga.

UM PAÍS EM COLAPSO

Sofia Cazel & Ismail X

A “viragem da página da austeridade”

O investimento público deste governo é mais uma prova de que a “viragem da página da austeridade” é uma mentira. Neste sector, mantêm-se os valores ínfimos de investimento do governo PSD/CDS que são a antecâmara da privatização. E por mais que se neguem os cortes e se sublinhem pequenos aumentos, a realidade é que, frente aos cortes do anterior governo, tais aumentos não respondem às necessidades existentes. Os serviços degradam-se e as consequências são, cada vez mais, mortais para a classe trabalhadora, aquela que utiliza e faz funcionar estes serviços.

O investimento público em percentagem do PIB manteve-se, durante este governo, abaixo dos valores do governo PSD-CDS. Prevê-se que em 2019 seja 2,3% do PIB, o que pela primeira vez o coloca acima do que conhecemos com a Troika. Porém, há que ter em conta que estes são valores previstos. Desde a saída da Troika até 2017, a brecha entre o prometido e o concretizado foi de 2,6 mil milhões. O único aumento verificado no governo de Costa em relação ao anterior foi nas promessas. Além disso, os anúncios de supostos aumentos extraordinários que vemos anualmente são desmentidos quando comparamos as

percentagens dos aumentos com as dos cortes de anos anteriores. A realidade é que voltámos a níveis de investimento público dos anos 80, agora com necessidades de 2019.

Para além do desinvestimento, o Estado, actualmente, não tem mecanismos para intervir diretamente nas obras. Após o longo processo burocrático de disponibilizar as verbas e

“ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS E MANTIDAS COM INVESTIMENTO PÚBLICO TORNAM-SE FONTES DE RENDA PARA O CAPITAL.”

abrir concursos, as obras, muitas vezes, não se realizam ou demoram anos a ser concluídas — porque as empreiteiras simplesmente não têm nada a ganhar com a conclusão. E ao decidir o ritmo das obras, estas empresas podem desenvolver esquemas de corrupção.

O preço pago pelos trabalhadores

Nos transportes ferroviários, temos supressões diárias. Com um material circulante antigo, que necessita de manutenções frequentes e cada vez mais caras, os constrangimentos sucedem-se e vemos a redução do número de comboios funcionais. Em 2018, a CP já não consegue manter a oferta de 2014, com uma metade da frota a carecer de substituição e a outra esperando o mesmo destino dentro de uma década.

Esta situação é propensa a

graves acidentes. Aliás, já há desastres em caminhos de ferro, ainda que pouco noticiados, como o descarrilamento na Linha do Norte — que liga Lisboa e Porto e é a mais utilizada do país. Este aconteceu em Abril de 2017, com um comboio de mercadorias da CP Carga (transporte de mercadorias privatizado e detido pela Medway), impedindo a circulação dos comboios de passageiros

Alfa-Pendular e Intercidades que por lá passam com os passageiros que poderiam ter sido vítimas do descarrilamento. As obras de modernização nos trechos de linha com maior necessidade de manutenção decorrem com atrasos e não passam de remendos para abrandar a degradação.

É por isto que as sucessivas greves na CP se têm pautado pela defesa das condições de segurança dos trabalhadores e dos utentes.

As estradas — em muitos casos as únicas vias de transporte de pessoas e mercadorias — também se encontram nesta situação. O caso da Estrada de Borba é ilustrativo. Já esquecido pela comunicação social burguesa, o desastre de Borba deu-se quando cerca de 100 metros de estrada caíram para dentro de duas pedreiras, provocando um número ainda des-

conhecido de vítimas mortais. Entre os responsáveis destas vítimas estão a Câmara Municipal de Borba — que detinha a administração da estrada e estava ciente do seu estado degradado — e as empresas que exploravam as pedreiras sem garantir condições de segurança, mas igualmente o Estado burguês, com o actual governo e cada um dos anteriores governos que permitiram que chegássemos a este ponto.

A estrada de Borba não é exceção. Segundo um relatório do Ministério do Ambiente, publicado em Janeiro do ano presente, 191 das pedreiras licenciadas pelo Estado estão em situação crítica. São 191 desastres de Borba por acontecer.

Da mesma forma, os efeitos do desinvestimento público fazem-se sentir nas escolas e hospitais. As greves de professores e trabalhadores dos hospitais são resposta a isto.

Temos escolas sem equipamentos de aquecimento ou sem verba para os utilizar, casos em que a chuva impede as aulas, frequentes casos de tetos a cair nas salas de aula ou ainda revestimentos de amianto comprovadamente tóxico. E isto cada vez mais se alarga às universidades públicas.

Nos hospitais, o carácter assassino desta política é patente. Sem novas instalações e com a degradação das existentes, são cada vez menos as camas, com falta até mesmo de macas nas urgências, além do risco de fecho de instalações públicas, incluindo grandes hospitais centrais de Lisboa, como o Hospital S. José, o Santa Maria, o Curry Cabral, o dos Capuchos e o Dona Estefânia, todos a ser substituídos por uma parceria público-privada (PPP). Há falta de enfermeiros no SNS, por isso fazem-se turnos perigosamente cansativos, colocando em causa a segurança de trabalhadores e utentes.

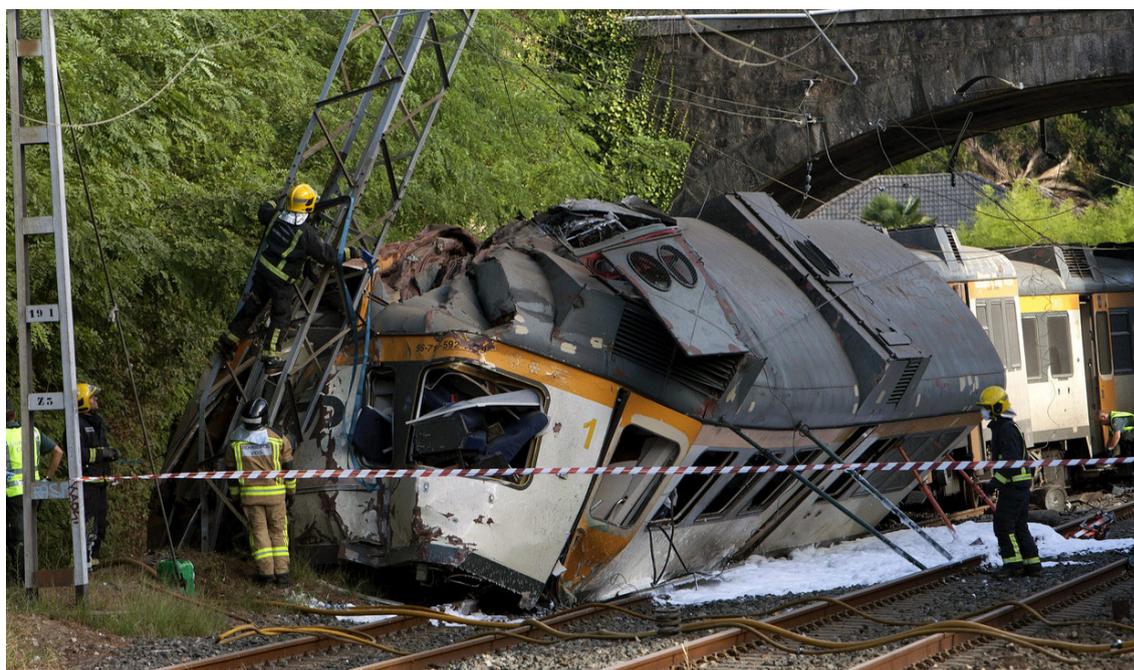
A cada ano que passa, vemos também as consequências das infra-estruturas deficitárias na segurança pública, com incêndios florestais catastróficos. Mas para evitar outra centena de mortos, como os

de Pedrógão Grande, o actual governo não fez mais do que evacuações forçadas de populações rurais. O SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal) permanece nas mãos de grandes empresas privadas desde 2005 e os incêndios estão transformados num lucrativo negócio.

Um sistema em colapso

O desinvestimento só pode ser ainda mais desastroso num futuro próximo. A menos que algo mude rapidamente, ante vê-se uma calamidade com as condições ruins em que se encontra a Ponte 25 de Abril, onde passam uma média de 160 mil automóveis e 160 comboios diariamente. O relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, de 2018, mostra a necessidade urgente de obras na ponte. Verificam-se fissuras, brechas nas estruturas que permitem sustentar a ponte e a existência de vários parafusos sem aperto nas travessas dos caminhos de ferro. É evidente o total descaso com as infra-estruturas públicas, mesmo quando começa a colocar-se a possibilidade do colapso da ponte, tal como sucedeu o ano passado com a Ponte Morandi, em Génova, Itália. O incêndio na Torre de Grenfell, em Inglaterra, é outro caso recente de negligência mortal das infra-estruturas públicas que resultou em centenas de mortes.

Desastres como estes, que ocorrem um pouco por toda a Europa, são um dos claros sintomas de decadência do capitalismo. Hoje, quando a acumulação e concentração de riqueza atingiram níveis inauditos — 1% da população mundial tem mais de 80% de toda a riqueza —, as baixas taxas de lucro não justificam investimentos na produção. Os capitalistas dedicam-se a apostas nos mercados financeiros e reduzem os Estados de organizadores do processo de acumulação a meros instrumentos de saque. Todas as estruturas e serviços do sector público, historicamente controlados pelos Estados precisamente para permitir a acumulação e concentração



Descarrilamento de comboio da CP, 9 de Setembro 2016. Foto: TSF.

de capital, transformam-se hoje em negócios privados. Um hospital, uma escola, um caminho de ferro, qualquer estrutura construída e mantida com investimento público, torna-se, pelo golpe de caneta de um ministro, uma fonte de renda para o grande capital.

No caso da Ponte 25 de Abril, as receitas das portagens vão para a Lusoponte — empresa também concessionária da

cação e segurança! O sistema capitalista e os governos que o servem mostram-se incapazes de manter as infra-estruturas que o nosso trabalho ergueu — como sempre, para benefício da própria burguesia! O abandono destas infra-estruturas revela um ponto de inflexão no capitalismo. Este modo de produção, hoje, é não só incapaz de elevar as condições de vida da esmagadora maioria, como

vida social, a transformação de todas as necessidades em mesquinhos negócios privados, a redução de todo o trabalho humano a um meio de acumulação de riqueza nas mãos de parasitas significa que vivemos no caos, sem qualquer controlo sobre as nossas vidas. Só submetendo este caos a um plano económico podemos ver-nos livres destes perigos.

E a história já nos ensinou

“É NECESSÁRIO NACIONALIZAR E COLOCAR SOB CONTROLO DOS TRABALHADORES TODOS OS SERVIÇOS, AS GRANDES EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E, EVIDENTEMENTE, A BANCA.”

Ponte Vasco da Gama, com acionistas como a Mota-Engil e a Vinci. Os capitalistas não fazem mais do que pagar o alcatrão e enfiar o lucro nos bolsos, enquanto todas as responsabilidades relativas à manutenção estrutural recaem sobre o Estado. É assim em todas as PPPs.

De resto, pagamentos gordos a privados são grande parte das despesas de empresas públicas — como no caso da Infra-estruturas de Portugal e dos Metropolitanos. Os défices orçamentais resultantes, além da própria degradação, servem então de justificação para a privatização. Na CP, os planos de encomenda de comboios excluem agora os de longo curso — os mais lucrativos da empresa — sector que o PS já liberalizou.

Não aceitamos estar condenados à precariedade e à destruição, sem saúde, edu-

incapaz até mesmo de manter as condições actuais. É um sistema em colapso, dirigido por uma classe de parasitas.

Tomar os frutos do nosso trabalho: nacionalização sob controlo dos trabalhadores!

Só a classe trabalhadora tem poder para pôr fim a tudo isto! É necessário exigir imediatamente o acesso público a todos os relatórios de segurança. Queremos saber os perigos que corremos! É necessário nacionalizar e colocar sob controlo das organizações de trabalhadores todos os serviços de energia, saúde, educação e transportes, assim como todas as grandes empresas de construção civil. E para impedir a fuga de capitais, é evidentemente necessária a nacionalização da banca.

A busca do lucro particular em cada pequeno aspecto da

que os trabalhadores de qualquer país, ao lutar por estes objectivos, contarão sempre com a solidariedade de milhões de trabalhadores por todo o mundo.

Em Portugal, contra o avanço da austeridade e da degradação que garantem as políticas do PS e de todos os governos burgueses, é urgente a organização dos trabalhadores numa luta consequente que una as greves dos vários sectores, e não só dos directamente afectados pelo desinvestimento — trabalhadores dos transportes, professores, enfermeiros, etc. —, assim como os utentes dos serviços, rumo a uma greve geral como um passo para conquistar o investimento público que responda às nossas necessidades e a nacionalização dos sectores chave da economia sob controlo das organizações de trabalhadores! ✪

A GREVE É A ARMA DAS MU



Camaradas da Izquierda Revolucionaria, Sindicato de Estudiantes e Libres y Combativas, 8 de Março de 2018. Foto: n/a.

Minerva Martins

Foram mais de cinco milhões de jovens, trabalhadoras e trabalhadores que, no Dia Internacional da Mulher Trabalhadora de 2018 no Estado Espanhol, pararam escolas e locais de trabalho pelo fim da violência machista. Recorrendo à arma da greve laboral e estudantil, organizaram-se contra a minoria que lucra com a precariedade nos locais de trabalho (expondo mulheres ao assédio), com a destruição dos serviços públicos (aumentando o fardo do trabalho doméstico sobre as trabalhadoras), com os negócios e especulação sobre a habitação (prendendo as mulheres pobres aos seus agressores), com a mercantilização do corpo da mulher através da prostituição, da pornografia, da publicidade. Foram milhões de mulheres e homens trabalhadores, lado a lado, contra uma burguesia de todos os géneros que nos explora tanto melhor quanto mais nos divide.

Este foi um dia de luta histórico contra a opressão machista, um exemplo da força da classe trabalhadora e da sua luta histórica por uma sociedade livre de todas as formas de dominação — uma luta que caracterizou todas as revoluções socialistas, da Comuna de Paris e da Revolução Russa à Revolução Portuguesa. Estas são

as verdadeiras raízes do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, o 8M.

As comemorações deste dia em 1917, na Rússia — e em particular nas fábricas de Petrogrado onde as mulheres tra-

“É PRECISO CONSTRUIR, EM PORTUGAL, UMA GREVE FEMINISTA LABORAL E ESTUDANTIL QUE PARALISE TODA A ACTIVIDADE ECONÓMICA EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES!”

balhadoras exigiam para este dia o direito à greve —, inspiraram milhões a tomar nas suas próprias mãos a economia, a educação, a saúde, a cultura — a construir o socialismo. Nos primeiros anos da Revolução conquistaram-se direitos como a legalização do aborto, o direito ao divórcio e à licença de maternidade; iniciou-se a construção de uma rede de cantinas públicas, implementaram-se salas de amamentação nos locais de trabalho. Em suma, lançaram-se as bases de uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres.

Para vencer, o apelo de greve internacional anual que partiu da Argentina em 2015 e as mobilizações por todo o mundo contra os números bárbaros de feminicídios e pelo fim da violência machista terá que seguir o caminho destes milhões de trabalhadores nas revoluções do passado — o caminho da unidade de classe contra um sistema que nos divide e nos mata, o mesmo caminho que começou

a ser trilhado no Estado Espanhol. É preciso construir, em Portugal, uma greve feminista laboral e estudantil que paralise toda a actividade económica em defesa dos direitos das mulheres!

Greves simbólicas não conquistam direitos

A *Izquierda Revolucionaria*, nossa organização-irmã no Estado Espanhol, o *Sindicato de Estudiantes* e a plataforma *Libres y Combativas* têm travado uma batalha contra as direcções burocráticas dos sindicatos e da esquerda, que sempre sujeitam a luta aos seus interesses carreiristas. Construimos um movimento feminista combativo juntamente com centenas de organizações nos locais de trabalho, escolas e bairros em todo o Estado Espanhol. Nesse processo, apelámos à juventude para que participasse na organização de uma greve geral estudantil, e exigimos às principais centrais sindicais, CCOO e UGT, uma greve geral feminista de 24 horas.

Chocámos assim com a posição recuada das burocracias na defesa de uma “greve simbólica” de alguns minutos, numa tentativa falhada de manter a paz social, não pertur-

bar os patrões nem os planos de austeridade do Governo. A resposta de milhões foi de contrariar as ameaças de despedimento e de avançar com uma greve que fez abanar os alicerces da violência machista — o próprio sistema capitalista. Esta resposta desmascarou vários “feministas” que sempre se posicionam, nos momentos mais decisivos da luta de classes, pelo acorrentar das mulheres à precariedade e à violência doméstica. Estes “feministas” são representantes da burguesia como o são Christine Lagarde ou Theresa May, que beneficiam directamente da opressão da mulher trabalhadora. Mas são também as burocracias sindicais e da esquerda reformista que não estão preparadas para pôr em causa a sua vida estável em capitalismo e quebrar a sua dependência do Estado burguês.

Uma greve sem fura-greves: unidade de classe!

Na construção da greve laboral no Estado Espanhol, confrontámo-nos ainda com o apelo a uma “greve das mulheres”. Além de boicotar o poder da greve para a classe trabalhadora, permitindo que vários sectores não sejam afectados e que homens sejam chamados a furar a greve das suas companheiras, este apelo aponta como causa da violência machista a divisão de género e não a divisão de classe — ali-

MULHERES TRABALHADORAS



Manifestação do 8 de Março de 2018, Madrid. Foto: CARLOS RÓSILLO.

mentando desconfianças nos homens que lutam connosco por condições dignas no trabalho e na vida, e alimentando ilusões de que todas as mulheres têm os mesmos interesses.

A opressão machista tornou-se uma realidade apenas quando surgiu a propriedade privada, quando o homem precisou de garantir a transmissão hereditária dessa propriedade mantendo a mulher escravizada no lar. A Revolução Russa demonstrou que é exactamente a abolição da propriedade privada por quem nada mais tem que as suas correntes — as mulheres e os homens trabalhadores — que pode garantir a participação plena da maioria das mulheres na vida social e criar as condições para destruir a cultura de séculos de dominação patriarcal.

Violência machista e austeridade: dois lados de uma moeda

11 mulheres foram assassinadas em Portugal entre o início do ano e 18 de Fevereiro. Acompanhando a tendência dos femicídios em todo o mundo, estas mulheres morreram às mãos de companheiros, ex-companheiros e familiares. Esta realidade desoladora é o resultado de famílias estilhaçadas pela pobreza e precariedade laboral, de mulheres e mães trabalhadoras sem independência económica face aos seus agressores. Com

sangue nas mãos, o Governo do PS apresentou-se como um defensor da liberdade das mulheres — colocando-se à frente da marcha do Dia Internacional pelo Fim da Violência contra a Mulher —, enquanto punha em prática orçamentos que mantêm os níveis de austeridade assassina do período da Troika e da direita conservadora.

A burocracia do BE apressou-se em tomar a liderança da organização deste 8M em Portugal, sob o slogan “Se as mulheres param tudo pára”, defendendo uma “greve feminista” das mulheres ao trabalho, à escola, ao consumo e ao trabalho doméstico. Durante meses de preparação recusou

“A LUTA PELOS DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA TEM QUE CHEGAR AOS LOCAIS DE TRABALHO E SER UMA LUTA CENTRAL DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS.”

a presença do movimento em escolas e empresas e abdicou de utilizar os seus parlamentares e figuras públicas para mobilização. Isto é, impediu que o apelo à greve ganhasse a força necessária para arrastar consigo as principais organizações sindicais e estudantis — apoiando ao mesmo tempo um Orçamento de Estado austeritário juntamente com a direcção do PCP, que continua a rejeitar publicamente a necessidade de uma greve feminista. Esta orientação política ao

8M, conciliada com apelos de greve aos cuidados e ao consumo, aliena as mulheres e as famílias de classe trabalhadora e dificulta o envolvimento de sectores em luta hoje contra os efeitos da austeridade nos serviços públicos e contra a precariedade — como os enfermeiros e técnicos de saúde, funcionários e professores das escolas, estivadores e trabalhadores de call-center.

A luta pelos direitos da mulher trabalhadora tem que chegar aos locais de trabalho e ser uma luta central das organizações sindicais. Nos anos 90, no Reino Unido, a Campanha contra a Violência Doméstica iniciada pelos nossos camaradas

ria entre os trabalhadores.

Uma esquerda unida pelo fim da violência machista

O BE, o PCP e a CGTP-IN são as únicas organizações capazes de lançar imediatamente uma campanha nacional contra o assédio e a violência machista nas empresas e nas escolas. Isto é o que se exige da esquerda perante a violência machista! A campanha tem de ser o primeiro passo na luta pelo controlo democrático dos tribunais por organizações de trabalhadores que pare a justiça machista, pelo controlo democrático dos currículos e manuais escolares, os alicerces de uma educação inclusiva, e pela construção de uma rede pública e de qualidade de creches, lares, lavandarias e cantinas que liberte a mulher trabalhadora do isolamento do lar. Por fim, por um plano nacional de pleno emprego e de habitação, que dê independência a todas as trabalhadoras.

Depois de um ano do nosso editorial dedicado ao feminismo de classe, voltamos a dizer: “Chegou a hora do socialismo (...). Com a integração de todas as mulheres na economia social e planificada será possível transformar fundamentalmente a imagem da mulher, abolir todas as diferenças de género, derrubar a barreira entre a emancipação da mulher e a emancipação da humanidade!” ✨

ECOLOGIA: A PERSPECTIVA MARXISTA

“Mesmo toda uma sociedade, uma nação, ou todas as sociedades existentes simultaneamente, como um todo, não são os donos da Terra. São simplesmente os seus possuidores, os seus beneficiários, e têm de a legar em estado melhorado às próximas gerações, como bons chefes de família.” Karl Marx, Terceiro Volume d’O Capital

Gonçalo Romeiro

A Humanidade surgiu na Terra há cerca de 1 milhão de anos. Na luta por sobreviver e prosperar, alterou radicalmente os seus ecossistemas. Ao moldar a natureza às nossas necessidades, moldámos a nossa própria evolução biológica e social. O desenvolvimento da agricultura e da sociedade de classes, assim como da indústria moderna, representaram saltos titânicos na nossa relação com a natureza, acelerando drasticamente o nosso impacto sobre toda a vida do planeta. Apesar da juventude da nossa espécie quando comparada com os 4,5 mil milhões de anos da Terra, inaugurámos uma nova era geológica: o Antropoceno, onde a actividade da sociedade humana impacta decisivamente a evolução das restantes formas de vida.

O Antropoceno na era capitalista, em que os meios de produção e reprodução da vida se encontram nas mãos de uma ínfima minoria, constitui o seu estágio inferior e destrutivo. Nas suas mãos, o conhecimento técnico não está ao serviço da prosperidade humana e da sustentabilidade ambiental, mas sim da lógica febril da acumulação privada. Hoje, as 26 pessoas mais ricas do mundo detêm tanta propriedade como os 3,8 mil milhões que compõem a metade mais pobre. Apenas 100 empresas são responsáveis por 71% das emissões de gases com efeito de estufa desde 1988. Começou a 6ª extinção em massa e a burguesia dirige a humanidade a todo o vapor para o abismo da destruição climática.

O que propomos, no entanto, não é fazer retroceder a roda da história, fantasiando o regresso à “vida do campo” ou aos caçadores recolectores —

onde a nossa esperança média de vida mal excedia a do chimpanzé. Muito menos aceitamos a visão reaccionária que olha para a humanidade como um cancro na natureza. A ideia da humanidade contraposta à natureza nasce em capitalismo, com o desenvolvimento da indústria moderna e a migração de milhões de camponeses, que viviam intimamente ligados à natureza, para grandes centros urbanos. Essa ideia perderá com o capitalismo.

Nós, marxistas, não rejeitamos avanços técnicos. Damos as boas-vindas ao Antropoceno! A burguesia, na sua marcha cega para a acumulação de capital, não consegue evitar desenvolver as forças da sua própria destruição: a grande massa de despossuídos, o proletariado, tem o interesse e o

a vida como a conhecemos, e que hoje se encontram em vias de extinção. Em suma, poderemos não só prevenir a catástrofe que o capitalismo cria como ainda inaugurar uma era de verdadeiro domínio humano sobre as forças da natureza: o Antropoceno socialista.

A impossibilidade do capitalismo verde

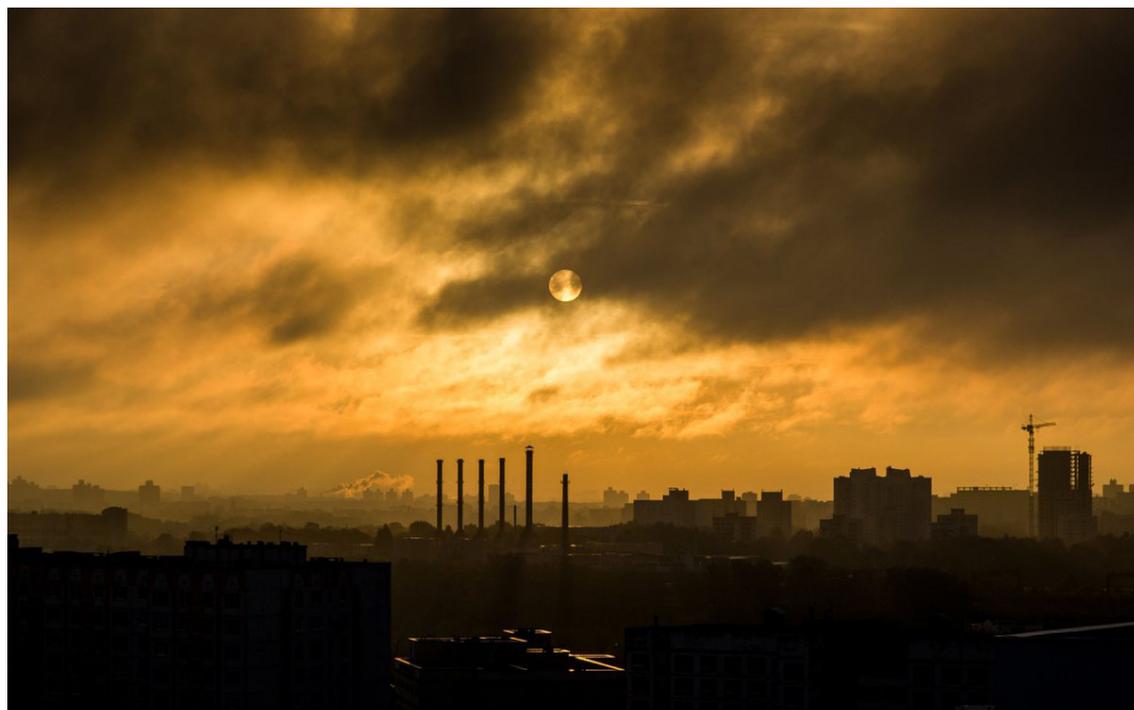
Há mais de 30 anos que os líderes burgueses de todo o mundo reconheceram as alterações climáticas, em particular o aquecimento global, como um problema central a nível planetário. Cimeira após cimeira são-nos apresentados cenários e perspectivas cada vez mais desastrosas. Os dirigentes burgueses mais esclarecidos reconhecem que o impacto das alterações cli-

UMA COOPERAÇÃO A NÍVEL MUNDIAL PARA TRAVAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS É INCONCILIÁVEL COM A LUTA PELO LUCRO.

potencial para derrubar o capitalismo e construir uma sociedade que beneficie a maioria. Com o controlo dos meios de produção, a classe trabalhadora poderá levar a cabo um investimento massivo em energias limpas, planear a limpeza de rios e oceanos, assim como da própria atmosfera. Poderemos inclusivamente restaurar espécies essenciais para

máticas também afectará os seus lucros e riqueza a longo prazo. Ainda assim, ano após ano, a burguesia é incapaz de chegar a acordo sobre medidas eficazes. As taxas sobre emissões de carbono, que tentaram colocar limites de emissões a Estados e empresas, foram um falhanço. Mesmo os subsídios públicos a energias renováveis, uma medida mais promissora pelos seus elementos de intervenção estatal — *i.e.* de alguma planificação económica —, nunca funcionaram e, após a crise de 2008, entraram em declínio à medida que a burguesia se dedicou a viver cada vez mais do rentismo dos seus Estados, cortando o financiamento destes programas de transição energética.

Perceber a impossibilidade de a burguesia resolver um problema que a afectará a longo prazo implica ter em conta a lógica interna do capitalismo, particularmente na sua era decadente. A competição desenfreada pelo mercado mundial e a natureza caótica da produção de mercadorias, exacerbadas pela crise, levam à incapacidade de planeamento por



Minsk, Bielorrússia. Foto: Anton Rusetsky/Unsplash.



Estudantes protestam pelo clima em Melbourne, Austrália, 30 de Novembro de 2018. Foto: PHOTO/Handout/Julian Meehan.

parte da burguesia. Uma cooperação a nível mundial, necessária para travar as alterações climáticas, é inconciliável com a luta por lucros trimestrais. O burguês luta, em primeiro lugar, pelo seu lucro particular. Nessa luta, a sua ferramenta mais poderosa continua a ser o Estado-nação. Assim se explica a atitude dos governos estado-unidenses face aos protocolos de Kyoto, em 1998, e, mais recentemente, aos acordos de Paris, em 2015. A burguesia *yankee* recusa-se a pagar pelas alterações climáticas.

Olhando para a China, podemos entender a profundidade destas contradições. Por um lado, a intervenção estatal possibilitou o crescimento acelerado da produção de energia solar, catapultando a potência ascendente para a posição de líder mundial do sector. Por outro lado, a China tornou-se em simultâneo o maior emissor de CO2 do planeta, mostrando-se incapaz de ultrapassar o uso de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão.

A deterioração das relações entre as potências imperialistas apontam-nos claramente o futuro que o capitalismo nos reserva, tão distante dos sonhos liberais e reformistas de uma transição energética nos limites do mercado. O “capitalismo verde” não passa de um rótulo para vender mercadorias. Só resolve os problemas de consciência da pequena-burguesia endinheirada.

Em menos de duas décadas, a lista de guerras por petróleo é extensa: Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria. A tentativa de golpe de Estado em curso na Venezuela é apenas o último exemplo deste caminho ruinoso. Trump e Bolsonaro, ambos negacionistas das alterações climáticas, são os rostos do capitalismo da nossa era.

COM O CONTROLO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO, A CLASSE TRABALHADORA PODERÁ INVESTIR EM ENERGIAS LIMPAS, LIMPAR OS RIOS, OS OCEANOS E A ATMOSFERA.

Só a classe trabalhadora tem a solução

Ao contrário dos mitos anti-ecologistas propagados por todos os difamadores do marxismo, Marx foi pioneiro na sua análise sobre a inter-relação entre a humanidade e a natureza, assim como das consequências ecológicas do capitalismo. Mais tarde, o primeiro Estado Operário do mundo — a Rússia Soviética — foi pioneiro no desenvolvimento de políticas ecologistas abrangentes. Sob a direcção do Partido Comunista de Lenin e Trotsky, as primeiras reservas naturais do mundo foram criadas, de forma a conservar a natureza e a avançar no seu estudo científico. A primeira metade da década de 1920 foi marcada por uma política revolucionária em relação à gestão da terra, das

florestas e dos oceanos. A contra-revolução estalinista marcou o fim deste caminho iniciado pela classe trabalhadora, mas não apagou o seu legado.

Relembrar a história e colocar de novo a classe trabalhadora no centro da luta contra as alterações climáticas nunca foi tão urgente. Não há tempo para os jogos sangrentos da

por uma crescente base jovem e proletária, deve ligar-se à luta da classe trabalhadora nos locais de trabalho. Só a classe trabalhadora, pela sua capacidade não só de parar como de controlar a produção, tem as armas para derrubar o capitalismo. A greve mundial climática do próximo 15 de Março, convocada por estudantes numa resposta magnífica ao apelo de Greta Thunberg, é um passo histórico nessa direcção. Parar as aulas pelo futuro deve ser o primeiro passo para parar a produção e tomar a produção pelo futuro.

A classe trabalhadora não é apenas o sujeito com o poder para evitar a catástrofe climática, é também a classe mais afectada por ela, logo, a mais interessada no sucesso desta luta. As organizações laborais, sociais e políticas dos trabalhadores devem formar uma frente unida pelo clima, concretizando um plano de luta que termine aquilo que a juventude começou. Essa luta não pode apontar a meias-medidas para domar um sistema moribundo. Começando pela nacionalização do sector energético e de transportes sob controlo operário, esse controlo deve alargar-se à banca e às multinacionais de forma a colocar toda a riqueza da sociedade ao serviço das necessidades da humanidade e do planeta. Hoje, mais do que nunca, a luta pelo ambiente é a luta pelo socialismo. ✿

burguesia mundial, que passeia entre cimeiras e guerras. Não há tempo para as falsas soluções de consumo “ecológico” individual que são propagadas por todos os porta-vozes da burguesia e da pequena-burguesia — essa culpabilização de trabalhadores e pobres pela destruição que causa o capitalismo.

Nem o mercado nem os Estados burgueses oferecem qualquer solução. Tentar conciliar os lucros da burguesia com a salvação da humanidade, em suma, tentar encontrar uma solução dentro dos limites do capitalismo, é afundar a humanidade na barbárie, e possivelmente levá-la à extinção.

O movimento ecologista, hoje liderado pela pequena-burguesia e até por elementos da burguesia, mas composto

CONTRA A VIOLÊNCIA RACISTA DO ESTADO: UNIDADE E CONTROLO OPERÁRIO!

Ismail X

O vídeo de agressões no Bairro da Jamaica mostra algo comum: violência racista de Estado. Mas aqueles polícias não imaginavam a consequência de mais *uma* agressão. O resultado ultrapassou o circo na comunicação social e o aproveitamento que alguns políticos burgueses fazem da miséria alheia. O episódio marca uma transformação qualitativa: a entrada de uma camada jovem de trabalhadores negros na política.

A partir dos bairros, espontaneamente, foi chamada uma manifestação para o dia seguinte. Duas centenas de jovens — negros e proletários — subiram a Avenida da Liberdade gritando palavras de ordem contra o racismo às portas da Versace, da Prada, da Gucci! Para o capital, isto é inadmissível. O direito do trabalhador pobre à cidade é o direito a limpar o chão e a servir a mesa de turistas. A polícia fez chover balas de borracha. A mensagem: “voltem para o vosso lugar!”

Mas a nova geração das camadas mais oprimidas e exploradas do proletariado não aceita o lugar que lhe dá o capitalismo. O seu lugar é na luta contra a violência racista do Estado! E o lugar de toda a esquerda e das organizações de trabalhadores é com estes jovens!

Os obstáculos à unidade da classe

A consciência de classe desponta muitas vezes com a raiva, e nos bairros lê-se a raiva nas paredes: *fuck the police*.

Esta é a raiva que sentiram os estivadores quando o seu piquete de greve foi rompido pela polícia, que sentiram os enfermeiros quando a sua greve foi alvo de uma requisição civil, que sentem as vítimas de violência machista quando as suas queixas são ignoradas na esquadra: raiva contra o Estado burguês.

Mas para vencer não basta raiva. É preciso raiva unificada, organizada, apontada aos órgãos vitais do inimigo. A fraqueza da classe trabalhadora está precisamente na sua actual desorganização e na ausência de uma direcção revolucionária que transforme a raiva em programa político.

A maioria dos trabalhadores está isolada na luta individual ou familiar para chegar ao fim do mês. A minoria organizada é dirigida por reformistas que pedincham migalhas ao “Estado de Direito”. Assim, as mais vastas camadas da classe não enfrentam colectivamente a polícia ou qualquer órgão do Estado burguês. Pior ainda, quando há enfrentamentos, os reformistas defendem a ordem burguesa. É assim com as greves dos estivadores e enfermeiros ou com a luta dos jovens negros contra a violência racista.

O comunicado da direcção do PCP defendeu a PSP para não “animar um ambiente de insegurança e intranquilidade.” Os burocratas perdem a tranquilidade com denúncias de violência racista, mas ficam tranquilos sabendo que há gente com salários de miséria, sem água nem luz, na companhia de ratazanas e sob bastonadas da PSP. O comunicado do PCP é uma nódoa na bandeira do comunismo!

A essa nódoa juntam-se as declarações da direcção do BE, que pela boca de Catarina Martins defendeu o bom nome da PSP e parabenizou-a pela abertura de uma investigação às agressões. Enquanto isto, Mamadou Ba, activista anti-racista e militante do BE, era ameaçado de morte por polícias e fascistas!

As burocracias atiram areia aos olhos dos trabalhadores. O que se exige é uma política socialista que

utiliza as posições eleitorais — como o controlo da autarquia do Seixal — para dar força à luta dos trabalhadores, conquistar habitação digna e emprego, organizar a defesa contra racistas e fascistas.

Um programa socialista

Nós, marxistas, nunca condenamos a verdade. À burguesia, interessa manter bairros como o Jamaica para baixar salários e ter uma bolsa de força de trabalho barata. As leis da imigração servem o mesmo propósito: controlo da força de trabalho. Os polícias, por fim, são os capatazes dos escravos modernos, mantêm os trabalhadores “no seu lugar”. Assim se entende que fascistas estejam na PSP, à vista de todos, sem consequências.

A investigação aberta pela PSP é o absurdo. Criminosos a investigar o crime! É preciso colocar a polícia sob o controlo operário, tomar a nossa segurança nas nossas mãos. Isto, em primeiro lugar, significa organizar moradores dos bairros e exigir a abertura de uma investigação feita por organizações de

trabalhadores e moradores para encontrar os fascistas na polícia, saneá-los e puni-los.

O mesmo exigimos com os tribunais. Juizes são polícias de toga. Por isso é que ilibam quem torturou jovens negros na esquadra de Alfragide. A justiça inteira tem de ser submetida ao controlo dos trabalhadores!

Mais ainda, foram as organizações de trabalhadores e moradores que, na Revolução Portuguesa, conquistaram a habitação digna. Hoje, o realojamento dos moradores de bairros como o da Jamaica tem de ser feito igualmente por organizações de trabalhadores e moradores. Se esperarmos pelo Estado burguês, não teremos realojamento, mas sim despejos como no 6 de Maio e no Santa Filomena.

Um Estado é o instrumento de dominação de uma classe sobre outra. A violência racista é uma das formas que assume o poder da burguesia. Contra ela, a única arma eficaz é o poder do proletariado, é o socialismo! ✨





Protesto em suporte de Nicolás Maduro em Caracas, Venezuela, 23 de Fevereiro de 2019. Foto: AFP.

VENEZUELA: CONTRA O GOLPE IMPERIALISTA!

Bruno Penha

A 23 de Janeiro, Juan Guaidó, Presidente da Assembleia Nacional desde 5 de Janeiro, auto-proclamou-se Presidente Interino da Venezuela. Baseando-se no artigo 233º da Constituição, Guaidó justificou-o com a “ilegitimidade” da eleição de Maduro. Na realidade, as eleições de 20 de Maio de 2018, que elegeram Maduro como Presidente com 68% dos votos, foram consideradas por 150 observadores eleitorais internacionais como livres e transparentes. A abstenção de 54% deveu-se em grande parte ao apelo da oposição ao boicote e não está muito longe dos valores de outras eleições presidenciais, incluindo a que fez de Trump presidente dos EUA. Ainda assim comunicação social burguesa denuncia a “ditadura” na Venezuela! Uma “ditadura” que tolera um auto-proclamado presidente em liberdade, a dar entrevistas, a reunir-se com a reacção, a pedir aos Estados Unidos uma intervenção militar.

O que representa Guaidó?

Virtualmente desconhecido antes da auto-proclamação, Guaidó é deputado do *Voluntad Popular*, o partido mais violento

da coligação de extrema-direita Mesa de la Unidad Democrática, responsável pelas guarimbas de 2014 e 2017 que resultaram em mais de 170 mortos e centenas de feridos, a maioria chavistas.

Esta oposição fala na “falta de democracia”, não no seu programa. Na verdade, defendem políticas neoliberais de cortes, privatizações, despedimentos em massa e repressão dos trabalhadores. Querem devolver milhões de trabalhadores às condições de vida miseráveis que tinham antes de Chávez e abrir a exploração dos recursos naturais à burguesia estado-unidense.

Posicionamento Internacional e Nacional

Guaidó foi rapidamente reconhecido por Trump e todos os governos reaccionários da América Latina, agrupados no Grupo de Lima e encabeçados por Duque, da Colômbia, e Bolsonaro, do Brasil, países fronteiriços da Venezuela. Vários governos da UE juntaram-se a Trump e Bolsonaro.

Em Portugal o governo PS, o PSD e o CDS apoiam Guaidó. Por outro lado, a direcção do PCP denuncia correctamente o papel jogado pelo imperialismo estado-unidense na crise venezuelana, mas apoia acritica-

mente a política de conciliação de classes de Maduro. A direcção do BE oscilou vergonhosamente entre repetir todas as mentiras da direita, pedindo uma intervenção internacional, e entre não tomar partido, mostrando o seu oportunismo. Esta “neutralidade” é um apoio ao imperialismo.

Um golpe imperialista

Ao promover o golpe, a burguesia estado-unidense quer, em primeiro lugar, pôr as mãos nos recursos naturais da Venezuela e impedir que outros o façam. Disputa a Venezuela com o imperialismo russo — que, através da empresa estatal de energia Rosneft, investiu 20.000 milhões de dólares no país desde 2006 — e chinês — cujas companhias estatais têm investido 2.500 milhões de dólares por ano desde 2010. Em segundo lugar, procura manter a hegemonia do petrodólar, em risco com o acordo de Março de 2018 que permite a venda de petróleo à China em yuans, e com a presidência da Venezuela à Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Por último, quer eliminar as conquistas dos trabalhadores e camponeses da Venezuela que inspiram trabalhadores no resto do continente. Numa altura em que uma nova recessão se

aproxima e em que os trabalhadores e pobres se sublevam — desde o Haiti a França — para o capital imperialista é imperativo destruir qualquer esperança num novo mundo.

Socialismo é a solução!

Ao contrário do que é papagueado pelos lacaios da burguesia, a situação actual não é fruto do “falhanço do Socialismo”, mas sim de uma guerra económica decretada pela burguesia estado-unidense — que inclui sanções, manipulação de taxas de câmbio e destruição ou desvio de bens de consumo — e da política de conciliação de classes do *Partido Socialista Unido de Venezuela*.

Chávez nacionalizou a *Petróleos de Venezuela* e algumas outras empresas, mas manteve-as sob controlo burocrático do Estado e deixou a maior parte da economia nas mãos da burguesia nacional. Com a queda do preço do petróleo, começam os cortes nos serviços e investimento público. Maduro, perdendo cada vez mais apoio entre trabalhadores e camponeses, apoiou-se na burocracia estatal e no exército, através de cada vez maiores concessões. Acentuou-se assim o carácter bonapartista do seu governo. Estas medidas, além de contribuírem para aumentar a corrupção, não servem para garantir a lealdade da burocracia e do exército perante os subornos da burguesia estado-unidense.

A situação da Venezuela é uma lição: sem a expropriação da banca e dos grandes monopólios, sem o controlo dos sectores estratégicos pelos trabalhadores, em suma, com a revolução a meio, abre-se a porta à contra-revolução. Enquanto marxistas, combatemos a agressão imperialista, e por isso mesmo denunciámos as políticas de conciliação de classes e gestão burocrática da economia que desarmam a classe trabalhadora perante o golpe. O único modo de evitar uma tragédia é a nacionalização e planificação de toda a economia sob controlo das organizações de trabalhadores. A única saída é seguir em frente com a revolução! ✱

PELO DIREITO AO FUTURO!

Diana Rato

2018 acabou com as temperaturas mais altas algumas vez registadas. 2019 começa com uma onda de frio que assola a Europa. Não vamos ter que esperar por 2030 — ano em que é esperado que a temperatura anual média do planeta aumente em mais de 1,5°C — para sentirmos as consequências das alterações climáticas.

Nos últimos anos, tem-se registado a extinção de espécies a um ritmo cerca de 1.000 vezes superior ao esperado, com consequências directas nas nossas vidas, a começar pela nossa alimentação. Mas enquanto este é um problema global, nem todos o estão a sentir da mesma forma.

São os trabalhadores e as populações pobres que mais sofrem as consequências. As estações tornam-se cada vez mais difíceis de suportar em casas sem condições e em trabalhos precários e inseguros. Quando as

catástrofes naturais, como cheias, incêndios, tempestades e furacões sem precedentes, se tornam mais recorrentes, é aos trabalhadores que falta a protecção e os apoios médicos e financeiros.

A gravidade da situação já é tal que nem os grandes órgãos da comunicação social burguesa a conseguem ignorar. O jornal inglês *The*

“HOJE SABEMOS, SEM SOMBRA DE DÚVIDA, QUE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS SÃO A CONSEQUÊNCIA MAIS MORTÍFERA DO CAPITALISMO.”

Guardian apela à acção colectiva e o estado-unidense *Huffington Post* aponta claramente para o culpado: o actual sistema económico. De facto, mais de 60% das emissões de CO₂ e de metano são consequência da actividade de apenas 90 empresas multinacionais! Portanto, depois de décadas com a culpa atribuída a comportamentos individuais, hoje sabemos, sem sombra de dúvida, que as alterações climáticas são a consequência mais mortífera do capitalismo.

Os representantes políticos do capital fazem discursos sobre

taxas de carbono e consumo verde ao mesmo tempo que defendem as multinacionais que destroem o ambiente e nos negam um futuro!

São precisas medidas muito mais ambiciosas do que cortar nas emissões de carbono uns míseros pontos percentuais. É urgente a

conversão da indústria para fontes de energia renováveis, converter os trabalhos poluentes em postos de “trabalho verde”, pôr um fim imediato à criação de novos furos e drenagens e nacionalizar os sectores de energia, transportes e infra-estruturas, colocando-os sob o controlo democrático dos trabalhadores — que não exigirão nada menos que padrões sustentáveis para si, para as suas famílias, e para toda a classe trabalhadora.

Nenhum “capitalismo verde” nos poderá salvar. A luta pelo meio ambiente, pela nossa sobrevivência, é a luta contra o



capitalismo, por um modo de produção sustentável que tenha em conta as necessidades da maioria e não o lucro de uma minoria — é a luta por uma sociedade socialista. Esta luta não pode ser outra coisa senão colectiva e serão os trabalhadores e jovens a conduzi-la.

O Sindicato de Estudantes junta-se à greve internacional pelo clima, contra os abutres que enriquecem à custa do trabalho dos nossos pais, da discriminação, das nossas vidas e do planeta, queremos uma sociedade sustentável e livre de exploração.

ESTUDANTES DE TODO O MUNDO, UNIDOS COM OS TRABALHADORES PELO DIREITO AO FUTURO!



Manifestação de estudantes pelo clima em Bruxelas, Bélgica, 17 de Janeiro de 2019. Foto: AP Photo/Geert Vanden Wijngaert.